

DIRETORIA COLEGIADA

EDITAL DE CONSULTA PÚBLICA Nº 95, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2023

Altera o prazo final do Edital de Consulta Pública 94/2022, de 7 de novembro de 2022, que divulgou propostas de resolução BCB e de instrução normativa BCB que estabelecem os procedimentos para cálculo da parcela dos ativos ponderados pelo risco (RWA) relativa ao cálculo do capital requerido para o risco operacional mediante abordagem padronizada (RWA_{OPAD}), de que trata a Resolução CMN nº 4.958, de 21 de outubro de 2021.

A Diretoria Colegiada do Banco Central do Brasil (BCB) decidiu prorrogar por 30 (trinta) dias o prazo limite para envio de contribuições ao Edital de Consulta Pública 94/2022, de 7 de novembro de 2022, que apresentou propostas de resolução BCB e de instrução normativa BCB que estabelecem os procedimentos para o cálculo da parcela dos ativos ponderados pelo risco (RWA) relativa ao cálculo do capital requerido para o risco operacional mediante abordagem padronizada (RWA_{OPAD}), de que trata a Resolução CMN nº 4.958, de 21 de outubro de 2021, atualmente disciplinados pela Circular nº 3.640, de 4 de março de 2013, e pela Carta Circular nº 3.316, de 30 de abril de 2008. A proposta revoga os referidos atos normativos editados pelo BCB.

As minutas de resolução BCB e de instrução normativa BCB estão disponíveis no endereço do Banco Central do Brasil na internet, www.bcb.gov.br, no menu do perfil geral "Estabilidade financeira", "Normas", "Consultas públicas", "Consultas ativas".

Com a prorrogação, o novo prazo limite para envio das contribuições é de 120 (cento e vinte dias), contados da publicação do Edital de Consulta Pública 94/2022, de 7 de novembro de 2022.

Os interessados poderão encaminhar sugestões e comentários por meio:

I - do link contido no edital publicado no endereço eletrônico do Banco Central do Brasil;

II - do e-mail prudencial.dereg@bcb.gov.br; ou

III - de correspondência dirigida ao Departamento de Regulação Prudencial e Cambial (Dereg), SBS, Quadra 3, Bloco "B", Edifício-Sede, 9º andar, Brasília (DF), CEP 70074-900.

OTÁVIO RIBEIRO DAMASO
Diretor de Regulação

Controladoria-Geral da União

SECRETARIA EXECUTIVA

CONTROLADORIA REGIONAL DA UNIÃO NO ESTADO DO MATO GROSSO

EXTRATO DE TERMO DE TRANSFERÊNCIA

ESPÉCIE: Termo de Transferência nº 4/2023/MATO GROSSO-CGU.

Nº PROCESSO: 00212.100090/2022-66

CONCEDENTE: Controladoria-Geral da União - CGU, com sede no Setor de Autarquias Sul, Quadra 01, Bloco 'A', Edifício Darcy Ribeiro, em Brasília-DF, inscrita no CNPJ sob o nº 26.664.015/0001-48, representada pela Controladoria Regional da União no Estado de Mato Grosso.

RECEBEDORA: Superintendência do Patrimônio da União no Mato Grosso, da Secretaria de Gestão do Patrimônio da União, do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, com sede na Av. Vereador Juliano da Costa Marques, 99, Centro Político Administrativo, Cuiabá-MT, inscrita no CNPJ sob o nº 00.489.828/0029-56.

OBJETO: Transferência externa, em caráter definitivo e sem encargos, pela CONCEDENTE à RECEBEDORA, de um veículo automotor, marca Ford, modelo Ranger XL 13P, ano de fabricação 2011, placa NUA-8042, RENAVAL 00366854151, Chassi nº 8AFER13P5BJ414469.

VALOR: R\$ 52.638,00 (cinquenta e dois mil, seiscentos e trinta e oito reais)

DATA DE ASSINATURA: 02/02/2023

SIGNATÁRIOS: O Superintendente da Controladoria Regional da União no Estado de Mato Grosso - Daniel Gontijo Motta e a Superintendente do Patrimônio da União no Mato Grosso, Substituta - Vera Lucia Mayumi Tsuda.

Conselho Nacional do Ministério Público

EXTRATOS DE ADESÃO

Processo: 19.00.4001.0005825/2022-04. Espécie: TERMO DE ADESÃO nº 20/01/2023/CNMP do Ministério Público do Estado de Sergipe ao Protocolo de Intenções CNMP/MPPE de 20/10/2022, celebrado entre o Conselho Nacional do Ministério Público e o Ministério Público do Estado de Pernambuco: O Termo de Adesão tem por finalidade firmar o compromisso de implementar, nos Ministérios Públicos dos Estados e da União, estratégias e mecanismos específicos para o fortalecimento da atuação na temática dos resíduos sólidos, utilizando como material de apoio as sugestões contidas na publicação do CNMP "GESTÃO DE RESÍDUOS: ESTRATÉGIAS DE ATUAÇÃO INTERINSTITUCIONAL". Data de assinatura: 30/01/2023. Signatários: Antônio Augusto Brandão de Aras, Presidente do CNMP, e Manoel Cabral Machado Neto, Procurador-Geral de Justiça do Ministério Público do Estado de Sergipe.

Processo: 19.00.4001.0005825/2022-04. Espécie: TERMO DE ADESÃO nº 23/01/2023/CNMP do Ministério Público do Estado do Piauí ao Protocolo de Intenções CNMP/MPPE de 20/10/2022, celebrado entre o Conselho Nacional do Ministério Público e o Ministério Público do Estado de Pernambuco: O Termo de Adesão tem por finalidade firmar o compromisso de implementar, nos Ministérios Públicos dos Estados e da União, estratégias e mecanismos específicos para o fortalecimento da atuação na temática dos resíduos sólidos, utilizando como material de apoio as sugestões contidas na publicação do CNMP "GESTÃO DE RESÍDUOS: ESTRATÉGIAS DE ATUAÇÃO INTERINSTITUCIONAL". Data de assinatura: 02/02/2023. Signatários: Antônio Augusto Brandão de Aras, Presidente do CNMP, e Cleandro Alves de Moura, Procurador-Geral de Justiça do Ministério Público do Estado do Piauí.

Processo: 19.00.4001.0005825/2022-04. Espécie: TERMO DE ADESÃO nº 19/01/2023/CNMP do Ministério Público do Estado da Bahia ao Protocolo de Intenções CNMP/MPPE de 20/10/2022, celebrado entre o Conselho Nacional do Ministério Público e o Ministério Público do Estado de Pernambuco: O Termo de Adesão tem por finalidade firmar o compromisso de implementar, nos Ministérios Públicos dos Estados e da União, estratégias e mecanismos específicos para o fortalecimento da atuação na temática dos resíduos sólidos, utilizando como material de apoio as sugestões contidas na publicação do CNMP "GESTÃO DE RESÍDUOS: ESTRATÉGIAS DE ATUAÇÃO INTERINSTITUCIONAL". Data de assinatura: 02/02/2023. Signatários: Antônio Augusto Brandão de Aras, Presidente do CNMP, e Norma Angélica Reis Cardoso Cavalcanti, Procuradora-Geral de Justiça do Ministério Público do Estado da Bahia.

Processo: 19.00.4001.0005825/2022-04. Espécie: TERMO DE ADESÃO nº 13/01/2023/CNMP do Ministério Público do Trabalho ao Protocolo de Intenções CNMP/MPPE de 20/10/2022, celebrado entre o Conselho Nacional do Ministério Público e o Ministério Público do Estado de Pernambuco: O Termo de Adesão tem por finalidade firmar o compromisso de implementar, nos Ministérios Públicos dos Estados e da União, estratégias e mecanismos específicos para o fortalecimento da atuação na temática dos resíduos sólidos, utilizando como material de apoio as sugestões contidas na publicação do CNMP "GESTÃO DE RESÍDUOS: ESTRATÉGIAS DE ATUAÇÃO INTERINSTITUCIONAL". Data de assinatura: 30/01/2023. Signatários: Antônio Augusto Brandão de Aras, Presidente do CNMP, e José de Lima Ramos Pereira, Procurador-Geral do Trabalho.

EXTRATO DE ADESÃO (MPMS)

Processo: 19.00.4001.0007867/2020-69. Espécie: TERMO DE ADESÃO nº 30/01/2023/CNMP do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul ao Acordo de Cooperação Técnica nº 31/2022, celebrado entre o Conselho Nacional do Ministério Público e o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis: O Termo de Adesão tem por finalidade a colaboração entre o IBAMA e o CNMP, visando a integração e o compartilhamento de bases de dados e informações para maior eficiência e celeridade na proteção do Meio Ambiente observada a legislação federal pertinente sobre a matéria, no que couber. Data de assinatura: 03/02/2023. Signatários: Antônio Augusto Brandão de Aras, Presidente do CNMP, e Alexandre Magno Benites de Lacerda, Procuradora-Geral de Justiça do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Ministério Público da União

ATOS DO PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA

EDITAL PGR/MPF Nº 1, DE 3 DE FEVEREIRO DE 2023

30º CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE PROCURADOR DA REPÚBLICA

O PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA, no uso de suas atribuições e com fundamento no art. 55 da Resolução nº 219, de 26 de agosto de 2022, do Conselho Superior do Ministério Público Federal, e considerando o previsto no Edital PGR/MPF nº 6, de 19 de setembro de 2022, torna público que:

A divulgação do gabarito oficial definitivo com as modificações decorrentes do eventual acolhimento de impugnações, da prova objetiva do 30º Concurso Público para provimento de cargos de Procurador da República, prevista para o dia 15 de fevereiro de 2023, conforme indicado no Anexo I do Edital PGR/MPF nº 6, de 19 de setembro de 2022, ocorrerá no dia 9 de fevereiro de 2023.

ANTÔNIO AUGUSTO BRANDÃO DE ARAS

SECRETARIA-GERAL

EDITAL Nº 15, DE 3 DE FEVEREIRO DE 2023

V CONCURSO PÚBLICO DO MPU
CONVOCAÇÃO DE CANDIDATA

O SECRETÁRIO-GERAL ADJUNTO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista a competência que lhe foi delegada pela Portaria PGR nº 683, de 26 de setembro de 2013, bem como a delegação de competência atribuída pelo artigo 6º, inciso II, e artigo 7º, inciso III, do Regimento Interno Administrativo do Ministério Público Federal, aprovado pela Portaria/SG/MPF nº 382, de 5/5/2015, e considerando o disposto no capítulo V, do Edital PGR/MPU n.º 18, de 23/10/2006, bem como o que consta do Processo nº 1.00.000.006651/2006-51, em conformidade com a decisão proferida pela 16ª Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal na Ação de Cumprimento de Sentença nº 0026662-06.2009.4.01.340, constante do Processo nº 1.00.000.009796/2009-57, e tendo em vista as informações prestadas no expediente administrativo PGR-00040552/2023, resolve:

1. Tornar público que a candidata Cláudia Cristina Melo da Silva, inscrição 00249229, enviou laudo médico conforme convocação realizada pelo Edital nº 78/2022, de 28 de setembro de 2022, na seguinte ordem: Cargo/UF de vaga, número de inscrição, nome da candidata e classificação.

1.1 - CARGO 41 - ANALISTA - ÁREA PROCESSUAL / UF: PI - PIAUÍ:
249.229, Cláudia Cristina Melo da Silva, 1ª.

2. Convocar a candidata Cláudia Cristina Melo da Silva, inscrita como portadora de deficiência no V Concurso Público para as Carreiras de Analista e Técnico do Ministério Público, para a avaliação a ser realizada por integrantes da Equipe Multiprofissional na data e local a seguir indicados:

2.1 CARGO: 41 - ANALISTA PROCESSUAL - UF: PI - PIAUÍ:
249.229, Cláudia Cristina Melo da Silva, 1ª.

a) Local: Procuradoria da República do Piauí - PR-PI, no Núcleo de Gestão de Pessoas - NUGEP - 1º Andar.

Endereço: Avenida João XXIII, 1390, bairro Noivos, Teresina - Piauí.
Data e Hora: 09/02/2023 - às 09h.

2.2 A candidata deverá apresentar ao integrante da Equipe Multiprofissional que a examinará o Laudo Médico original e o documento original de identidade.

2.3 Não haverá segunda chamada, seja qual for o motivo alegado para justificar o atraso ou a ausência da candidata portadora de deficiência à avaliação tratada neste Edital.

2.4 O não atendimento das disposições deste Edital importará a perda do direito da candidata de ser nomeada em vaga reservada a portadores de deficiência.

3. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

3.1 A comunicação com a candidata ocorrerá por meio de correio eletrônico. Assim, é de sua exclusiva responsabilidade a manutenção/atualização de seu endereço de e-mail.

3.2 O endereço eletrônico <https://www.mpu.mp.br/concursos/concurso-publico-de-servidores/5o-concurso/acao-civil-publica> deve ser consultado pela candidata com vistas a acompanhar os demais procedimentos acerca do 5º Concurso do MPU, os quais também podem ser acompanhados por meio do Diário Oficial da União.

PAULO ROBERTO SAMPAIO ANCHIETA SANTIAGO

Procurador da República

MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

SECRETARIA-GERAL

EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

Secretaria-Geral

Espécie: Contrato nº 007/PGJ/MPDFT/2023 (Contrato de Cessão de Uso). Processo: SEI nº 19.04.3670.0001873/2023-65. CEDENTE: Ministério Público do Distrito Federal e Territórios - MPDFT; CNPJ: 26.989.715/0002-93. CESSIONÁRIO: Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios - TJDF; CNPJ: 00.531.954/0001-20. Objeto: a cessão de uso, em caráter precário, pelo CEDENTE em favor do CESSIONÁRIO, a título não oneroso, de área de 151,99m² (salas 108, 110, 112, 114, 116, 210 e 212), tendo por finalidade específica o desenvolvimento de atividades institucionais, no Edifício da Promotoria de Justiça de Planaltina, situada na Área Especial Norte 10-A, Setor Administrativo, Planaltina-DF. Vigência: 25/1/2023 a 24/7/2023. Signatários: MPDFT: GEORGES CARLOS FREDERICO MOREIRA SEIGNEUR, Procurador-Geral de Justiça; TJDF: JOSÉ CRUZ MACEDO, Desembargador Presidente. Data de assinatura: 25/1/2023.

ASS CLAUDIA BRAGA TOMELIN

CAR Secretária-Geral

